

Editorial

Na 1ª edição do livro *Pedagogia Social* (São Paulo: Expressão & Arte, 2009, pg. 5) escrevemos as *Notas teóricas e metodológicas dos organizadores*, na qual justificamos as posições do Grupo de Pesquisa Pedagogia Social (GPPS) e da Associação Brasileira de Pedagogia Social (ABRAPSocial), nos seguintes termos:

Na seleção dos textos e autores para a composição desta obra soa profundamente incômoda a noção de Educação não formal, adotada ora como categoria descritiva ora como um marco epistemológico destinado a separá-la e distingui-la da Educação formal. Citada por muitos autores como campo preferencial de atuação da Pedagogia Social, parece-nos que as ricas e diversificadas práticas educativas que se convencionou arrolar sob o rótulo de Educação não formal foram despidas de suas conotações históricas, políticas e ideológicas.

Sob o mesmo rótulo de Educação não formal são relacionadas manifestações do espírito humano, formação para o trabalho e preparação para o exercício da cidadania, como se todas comungassem dos mesmos propósitos, adotassem como fundamentos as mesmas matrizes teóricas e fossem ministradas segundo as mesmas técnicas e metodologias.

As manifestações do espírito humano, como são as artes em suas múltiplas expressões, a música, a dança e o esporte, constituem patrimônios comuns a todo o gênero humano. Do ponto de vista epistemológico, estas manifestações do espírito humano têm na criatividade o *locus* preferencial para o seu desenvolvimento e na Cultura a sua matéria-prima.

As práticas educativas orientadas para a formação para o trabalho, também considerando suas múltiplas possibilidades, tais como treinamento técnico, empreendedorismo, trabalho cooperativo, geração de renda e exploração sustentável de recursos naturais, do ponto de vista epistemológico tem na cognição o seu *locus* preferencial de desenvolvimento e no questionamento da relação capital trabalho o seu *leitmotiv*.

As práticas educativas orientadas para a Educação em cidadania, valores, direitos humanos, participação política e protagonismo, têm o social como seu *locus* preferencial de desenvolvimento e a transformação das estruturas sociais, políticas e de poder o seu *leitmotiv*. Não raras vezes, é o sentimento de indignação, a percepção quanto à injustiça social e o inconformismo com a ordem social estabelecida os fatores que orientam esta prática educativa para a ação comunitária, social ou política e rotulá-la como prática de Educação não formal significa negar a sua dimensão política e desqualificar os atores sociais nela envolvidos.

Alguns fatores comuns a estas práticas educativas que acontecem nos espaços sociais, populares, coletivos e públicos também são apontados como desqualificadores do seu valor educacional: oferta por parte de ONGs e não por escolas; atuação de educadores sem formação pedagógica; carga horária diminuta, falta de embasamento científico no tratamento dos conteúdos e ausência de indicadores de avaliação.

As posturas que convencionamos adotar nesta obra são as de recusar o termo Educação não formal enquanto categoria classificatória, de contestar o caráter não científico atribuído a ela e de resgatar a historicidade de suas práticas, especialmente suas dimensões históricas, culturais, políticas e sociais.

[...] As reflexões desenvolvidas nos textos acima apontaram alguns questionamentos que agora requerem solução adequada;

1. a impropriedade do termo Educação não formal para designação das práticas de Educação popular, social e comunitária;

2. a fragmentação epistemológica das áreas de conhecimento que conduzem à mesma fragmentação das ações e das políticas;
3. a confusão conceitual no uso dos termos educador social, educador popular ou educador comunitário.

Para enfrentar esta questão o GPPS e a ABRAPSocial propõem a desconstrução do termo Educação não formal e o reagrupamento das práticas de Educação popular, social e comunitária em quatro domínios distintos¹:

1. Domínio sociocultural;
2. Domínio sociopedagógico;
3. Domínio sociopolítico;
4. Domínio epistemológico.

A desconstrução do termo Educação não formal requer também a sua resignificação e esta, a nosso ver, precisa superar a relação dicotômica estabelecida entre Educação formal e Educação não formal.

Ao longo dos quatro Congressos Internacionais de Pedagogia Social (CIPS 2006, 2008, 2010 e 2012) ficou suficientemente justificada a Pedagogia Social como Teoria Geral da Educação Social. Também ficou suficientemente evidenciado que as práticas de Educação popular, social e comunitária desenvolvidas no Brasil são, à luz desta Teoria Geral da Educação Social, práticas de Educação Social e não práticas de Educação não formal.

Adotarmos então as práticas de Educação popular e comunitária como práticas de Educação Social significa atribuir-lhes o necessário suporte teórico e metodológico para que possam ser equiparadas às práticas de Educação Escolar.

Temos então que Pedagogia Escolar/Educação Escolar e Pedagogia Social/Educação Social são áreas de concentração de uma mesma área de conhecimento, as Ciências da Educação. Não são sinônimas, não são dicotômicas nem contraditórias, apenas acontecem em espaços e contextos distintos, sendo uma complementar à outra.

¹ A partir do 3º CIPS, em 2010 acrescentamos o Domínio Epistemológico, conforme definição dada a seguir.

Estas áreas de domínio, como veremos a seguir, respondem adequadamente também à fragmentação epistemológica, constituindo-se, simultaneamente, em área de formação, linhas de pesquisa e campo de trabalho.

DOMÍNIO SOCIOCULTURAL

O domínio sociocultural tem como áreas de conhecimento as manifestações do espírito humano expressas por meio dos sentidos, tais como as artes, a Cultura, a música, a dança e o Esporte em suas múltiplas manifestações e modalidades. Pelas características destas manifestações, são *loci* privilegiados para a intervenção sociocultural todos os espaços públicos e privados onde elas possam acontecer.

A intervenção neste domínio tem por objetivo a recuperação de suas dimensões históricas, culturais e políticas, com vistas a dotá-las de sentido para o público alvo desta modalidade de intervenção;

DOMÍNIO SOCIOPEDAGÓGICO

O domínio sociopedagógico tem como áreas de conhecimento a Infância, Adolescência, Juventude e Terceira Idade. A intervenção sociopedagógica neste domínio tem como objetivo principal o desenvolvimento de habilidades e competências sociais que permitam às pessoas a ruptura e superação das condições de marginalidade, violência e pobreza que caracterizam sua exclusão social.

Por suas características, são *loci* privilegiados para a intervenção sociopedagógica os abrigos, as unidades de internação de adolescentes autores de ato infracional, asilos para idosos, instituições psiquiátricas e unidades prisionais, mas também considera a Rua, a família e a empresa.

DOMÍNIO SOCIOPOLÍTICO

O domínio sociopolítico tem como áreas de conhecimento os processos sociais e políticos expressos, por exemplo, na forma de participação, protagonismo, associativismo, cooperativismo,

empreendedorismo, geração de renda e gestão social. A intervenção sociopolítica tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades e competências para qualificar a participação na vida social, política e econômica da comunidade onde o sujeito está inserido ou dos espaços onde a pessoa queira estar como sujeito.

Por suas características, a intervenção sociopolítica tem como *locus* privilegiado os grêmios estudantis, associações de pais e mestres (APM), conselhos de escola, associações de moradores, conselhos de direitos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos, partidos políticos e as políticas públicas e sociais.

Em boa hora a Revista Diálogos, da Universidade Católica de Brasília, dedica dois números especiais - 17 e 18 - para publicar alguns dos trabalhos apresentados no IV Congresso Internacional de Pedagogia Social com este recorte temático, apresentando ao leitor os domínios sociopolítico e epistemológico, o que é muito útil para sua consolidação como referencial teórico e metodológico que possa, simultaneamente, subsidiar a formação, a configuração do campo de trabalho e a pesquisa como dimensões indissociáveis da prática da Educação Social.

DOMÍNIO EPISTEMOLÓGICO

O domínio epistemológico tem como áreas de concentração os processos inventivos e criativos originários do exercício das faculdades mentais humanas, notadamente a pesquisa, a ciência e a tecnologia enquanto meios para alargar a compreensão humana sobre os processos que o próprio ser humano desencadeia. Trata-se, fundamentalmente, de produzir modelos explicativos para os fatos e ações sociais e humanas, caracterizando-se a ação epistemológica como a sistematização de métodos e técnicas de intervenção na realidade. Seu *locus* de atuação, portanto, não está temporal nem espacialmente delimitado até mesmo porque pode incidir sobre o passado, o presente e o futuro.

São Paulo, outubro de 2012

Prof. Dr. Geraldo Caliman (UCB)

Prof. Dr. Roberto da Silva (USP)

Profª Drª Stela Graciani (PUC/SP)

Profª Drª Jacyara Silva de Paiva (Estácio de Sá)